

SIMULADO TRE-PR 2012

+ Gabarito Comentado



- *Este simulado foi preparado com o mesmo índice de dificuldade normalmente encontrado nas questões preparadas pela FCC, organizadora do concurso.*
- *Após a aplicação da prova oficial, acesse o site do Curso Sólón para acompanhar eventuais propostas de fundamentação de RECURSOS montados por nossos professores que permitirão a você recorrer de questões e, quem sabe, garantia mais alguns pontinhos.*
- *Promoção de Aniversário: Se você está enfrentando o simulado na modalidade presencial, você receberá um Número da Sorte para incluir com seus dados em nosso site e concorrer a um computador de mão (tablet) que será sorteado no dia 07/04/2012, data do aniversário do Curso Sólón. Não se esqueça de cadastrar seu número no site, hein!*

LÍNGUA PORTUGUESA: Professora Cidinha

01. A concordância está feita corretamente na frase:

- (A) Refeições saudáveis, com base em verduras e legumes, além da prática de exercício físico, reduz o risco de doenças cardíacas.
- (B) Com as comodidades da vida moderna, ocorreram mudanças de hábitos alimentares em todos os níveis sociais.
- (C) A prática diária de esportes nem sempre são suficientes para controlar os altos níveis de colesterol em jovens.
- (D) Um dos maiores problemas atuais das crianças estão na falta de controle do hábito de comer diante da televisão ou do computador.
- (E) Já está se manifestando em crianças certas doenças típicas de adultos, principalmente por causa de alimentos ricos em gorduras.

02. Está correto o emprego do acento indicativo de crase, ou sua ausência, na frase:

- (A) Com as mãos livres, os homens estavam prontos à carregar os alimentos necessários para sua prole.
- (B) O homem passou a gastar menos energia a medida que começou a usar somente os pés para andar.
- (C) Pesquisadores sempre buscaram respostas à questões que explicariam por que o homem se tornou bípede.
- (D) Graças a posição ereta, o homem consome menos oxigênio do que os chimpanzés ao andar em esteiras.

- (E) Testes à disposição de pesquisadores são elementos importantes nos resultados obtidos a respeito da evolução da humanidade.

03. Está correto o emprego dos elementos sublinhados na frase:

- (A) Queria saber porque ele é mais exigente com nós do que com ela.
- (B) Ela pediu para mim aguardar alguns dias mais, por que logo teria o dinheiro.
- (C) Não sei porquê ele ficou tão nervoso conosco todos.
- (D) Se isso foi feito para eu renunciar, não o farei, porque mantenho meus princípios.
- (E) Ninguém entendeu o por quê do fato de mim abandonar a reunião no meio.

04. Está inteiramente correta a pontuação da frase:

- (A) Podem os espíritos ser nobres mas, se a carne é fraca, aquela nobreza sem dúvida, deixará de ter consequências práticas.
- (B) Já que nada volta para a gente não adianta mesmo pagar; eis a conclusão a que chegou, o motorista, com quem conversava o autor do texto.
- (C) Sonegadores e corruptos são, não há o que discutir, inimigos do povo brasileiro, pois só pensam em seus interesses particulares.
- (D) São vultosos os prejuízos, que causam os sonegadores, e os corruptos ao povo brasileiro, com os quais, se indigna o motorista.



(E) Embora concorde em parte, com o motorista, o autor não deixa de notar, que este age em contradição, com o que fala.

**Texto para a próxima questão:**

Há mesmo, hoje, uma compulsão pela diferença, pela afirmação de identidades específicas. De um lado, impulsionadas pelo mercado e pela moda, muitas pessoas buscam nas grifes, na “customização” e na exibição de bens (regra geral, supérfluos) um modo de se destacarem na multidão. De outro lado, grupos, comunidades e indivíduos lutam para defender sua singularidade substantiva – seu orgulho étnico, suas tradições, sua raça, sua religião – e seu direito de serem respeitados e reconhecidos como tais. Trata-se de um movimento que, no primeiro caso, exacerba uma diferenciação vazia de significado e que, no segundo, fortalece e viabiliza uma diversidade fundamental para a reprodução da humanidade como algo digno.

(Adaptado de Marco Aurélio Nogueira. **O Estado de S. Paulo**, A2 Espaço aberto, 24 de março de 2007)

05. Em relação aos sinais de pontuação empregados nesse parágrafo do texto está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) Os parênteses isolam um comentário opinativo do autor.
- (B) Os travessões assinalam uma sequência enumerativa no contexto.
- (C) As aspas em “customização” indicam emprego de uma palavra nova, não dicionarizada.
- (D) *Trata-se de um movimento que, no primeiro caso, exacerba uma diferenciação ...* As vírgulas da frase podem ser retiradas, sem alteração do sentido original.
- (E) É aceitável, na norma culta, a colocação de uma vírgula após os verbos *fortalece* e *viabiliza*: *fortalece e viabiliza, uma diversidade fundamental ...*

06. A expressão de que preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) As três morais o autor enuncia ao final do texto fazem pensar no Brasil.
- (B) As responsabilidades deveríamos assumir ficam sempre num segundo plano.
- (C) A indignação o motorista está tomado é, na verdade, inconsequente.
- (D) As acusações o motorista lança aos sonegadores também o incriminam.
- (E) A sugestão o texto nos transmite é a de que o nosso liberalismo é hipócrita.

07. ... para aprovar, até o final de 2009, um texto ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) *De fato, o resultado é modesto.*
- (B) *... como fugir aos temas ...*
- (C) *... já respondem por 20% do total das emissões globais.*
- (D) *... que já estão na atmosfera ...*
- (E) *... só prejudica formas insustentáveis de desenvolvimento.*

08. Se o vento assobiava ao passar por frestas e galhos ... (5º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está na frase:

- (A) *A Terra tem uma idade aproximada de 4,5 bilhões de anos.*
- (B) *Nossa espécie, o Homo sapiens, apareceu em torno de 200 mil anos atrás, na África.*
- (C) *Evidências fósseis e genéticas indicam ...*
- (D) *... bandos de homens e mulheres corriam pelas savanas e planícies eurasiáticas ...*
- (E) *... mostram uma enorme variedade de animais e também de cenas de caçadas e de rituais.*

TEXTO:

Copenhague é o ponto de virada para o clima

Tendo chegado a uma cidade sitiada por pessoas e papéis, já tenho certeza de uma coisa: Copenhague não é apenas mais uma negociação internacional. É um momento de escolha crucial para todos nós. E estou certo de que faremos a escolha certa. Independentemente do sucesso das negociações, o mundo será muito diferente até o meio deste século.

Nossas escolhas determinarão como serão essas mudanças. Podemos escolher o futuro que queremos para nós e nossos filhos ou podemos deixar que escolham um futuro menos positivo e mais sombrio.

Se formos bem-sucedidos no combate às mudanças climáticas, o mundo terá sido transformado pelos nossos esforços. Nações terão trabalhado juntas para reduzir suas emissões de carbono. Teremos construído um sistema de energia neutro em carbono com novos empregos e novo crescimento. Teremos criado um variado leque de tecnologias de baixo carbono. Nossas economias terão mais segurança energética. A cooperação terá vencido as rivalidades.

Se falharmos, o mundo já estará vivendo um aumento de temperatura de 2 °C. E estará irreversivelmente destinado a um aumento de 4 °C e além. O mapa que o *MetOffice* lançou recentemente mostra que mundo inimaginável será este com enchentes e secas tornando água e alimento escassos para centenas de milhões de pessoas. A competição por recursos terá vencido a cooperação.

Essas são as escolhas que temos de fazer em Copenhague. Temos a tecnologia e, apesar da recessão, a transformação necessária do nosso sistema de energia é factível. A questão é se teremos vontade política coletiva suficiente.

(Folha de S.Paulo, 13.12.2009)

09. De acordo com o autor, Copenhague representa um momento

- (A) decisivo para se resolver a questão do clima.
- (B) de discussões inócuas sobre a questão do clima.
- (C) inadequado para se discutir a questão do clima.
- (D) pouco marcado por discussões econômicas e políticas.
- (E) não marcado pela negociação internacional.

10. A leitura do texto permite afirmar que, combatendo as mudanças climáticas, pretende-se que



- (A) as pessoas optem pela manutenção do carbono no ar.
- (B) se construa um sistema de energia a partir do carbono.
- (C) as enchentes e as secas sejam evitadas com o carbono.
- (D) menos carbono seja liberado na atmosfera terrestre.
- (E) as rivalidades pela posse do carbono sejam acirradas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA:
Professor Valdir

11. No processador de textos Microsoft Word 2003 o que acontece se durante a edição de um texto o usuário pressionar a tecla de função F7?

- (A) Será apresentada a tela de ajuda do Word
- (B) Serão apresentados os caracteres não imprimíveis utilizados no texto
- (C) Será iniciada a correção ortográfica e gramatical do documento
- (D) Será exibida a janela opções do Word para configuração de ambiente
- (E) Será exibida a janela Zoom para ajustar o tamanho da apresentação do documento na tela

12. No Word 2003 há um recurso chamado Colar especial. Marque a opção abaixo que descreve uma utilidade deste recurso.

- (A) Copiar formatações de um ponto do documento para outro sem copiar o conteúdo
- (B) Utilizar recortes em áreas de transferência diferentes
- (C) Colar conteúdos em um texto criando um vínculo para a origem
- (D) Colar conteúdos em um texto verificando se o conteúdo está repetido no documento
- (E) Colar em um documento de texto figuras com cores diferentes das cores originais

13. Para criar índices automáticos usando o Word 2003 o usuário deve formatar os títulos que aparecerão no índice com estilos de títulos. Para aplicar estes formatos deve-se:

- (A) Clicar no menu Formatar e depois em Estilos e formatação
- (B) Clicar no menu Ferramentas e depois em Estilos e formatação
- (C) Clicar no menu Inserir e depois em Estilos e formatação
- (D) Clicar no menu Formatar e depois em Autoformatação de estilos
- (E) Clicar no menu Inserir e depois em Autoformatação de estilos

14. No Excel 2003 o botão  deve ser utilizado para:

- (A) Alinhar o conteúdo de células do lado esquerdo
- (B) Diminuir o número de casas decimais em células
- (C) Aumentar o recuo do conteúdo de células
- (D) Aumentar o número de casas decimais em células
- (E) Diminuir o recuo do conteúdo de células

15. Considerando a figura abaixo e os conceitos de Excel e

Calc, se o conteúdo da célula A6 for copiado e colado na célula B7, qual será o valor exibido na célula B7:

	A6	= \$A1+B\$2	
	A	B	C
1	7	13	19
2	15	11	23
3	25	34	49
4			
5			
6	18		
7			

- (A) 49
- (B) 36
- (C) 24
- (D) 60
- (E) 38

16. Os aplicativos Excel e Calc são bastante úteis para a elaboração de planilhas para diversos domínios de problema. A planilha a seguir foi construída utilizando um desses aplicativos.



	A	B	C	D	E	F
1	1	2	3	4		
2	5	6	7	8		
3						
4						

Qual valor será apresentado em E2, caso o usuário elabore a fórmula =MÉDIA(A1:D1)+A2/B1-D1 para esta célula?

- (A) 5
- (B) 1
- (C) 2,5
- (D) -0,25
- (E) 18

17. Considerando os conceitos de Excel, quais são respectivamente os tipos de intervalos contidos na função =SOMA(H12:J16;B5;D1:F1;C19:C23)

- (A) Retangular, Único, Horizontal e Vertical
- (B) Horizontal, Retangular, Único, e Vertical
- (C) Horizontal, Único, Vertical e Retangular
- (D) Vertical, Horizontal, Único, e Retangular
- (E) Vertical, Único, Retangular e Horizontal

18. Na Internet ou em uma rede privada pode-se utilizar o esquema de endereçamento IP dinâmico. Para utilizar este esquema qual protocolo ou serviço deverá ser utilizado?

- (A) TCP/IP
- (B) FTP
- (C) SMTP
- (D) DNS
- (E) DHCP

19. Considerando as ferramentas associadas ao uso da Internet a figura abaixo apresenta respectivamente os ícones relativos a:



- (A) Internet Explorer, Mozilla Firefox, Mozilla ThunderBird
- (B) Internet Explorer, Outlook, Mozilla FireFox e Mozilla ThunderBird
- (C) Internet Explorer, Outlook Express, Mozilla FireFox e Mozilla ThunderBird
- (D) Internet Explorer, Mozilla ThunderBird, Mozilla FireFox e Outlook
- (E) Internet Explorer, Mozilla ThunderBird, Chrome e Mozilla FireFox

20. Qual protocolo está em fase de implantação na rede Internet mundial e que substituirá seu antecessor já ultrapassado?

- (A) URL
- (B) TCP
- (C) IPv6
- (D) IPv4
- (E) IMAP

21. No Windows os arquivos têm nome e podem ter extensões, algumas extensões estão associadas a alguns aplicativos, a que aplicativo está associada à extensão DOT ?

- (A) Documento do Word
- (B) Dicionário do Word
- (C) Modelo do Word
- (D) Apresentações automáticas do Power Point
- (E) Documento de texto do Adobe

22. Para inserir cabeçalhos e rodapés criados no aplicativo BrOffice Writer que é parecido com o Microsoft Word deve-se clicar em:

- (A) **Exibir** e depois em **Cabeçalho e Rodapé**
- (B) **Formatar** e depois **Cabeçalho e Rodapé**
- (C) **Ferramentas** e depois **Cabeçalho e Rodapé**
- (D) **Exibir** e depois **Cabeçalho** para inserção do cabeçalho, em seguida **Exibir** depois **Rodapé** para a inserção do rodapé.
- (E) **Inserir** e depois **Cabeçalho** para inserção do cabeçalho e em seguida **Inserir** depois **Rodapé** para a inserção do rodapé.

23. Assinale a alternativa correta em relação às memórias do computador:

- (A) A menor unidade utilizável para representação de informações é o byte, que assume os valores 5 e 8.
- (B) A memória RAM (Random Access Memory) não perde informações quando o computador é desligado, a chamamos de memória definitiva.
- (C) A memória RAM é lenta e não permite a leitura e escrita, mas em compensação o seu conteúdo é sempre salvo..
- (D) Os circuitos de memória ROM só permitem leitura, mas, em compensação, não perdem o conteúdo quando são desligados.

- (E) A memória cachê tem o objetivo de simular memória em disco, permitindo assim a execução de programas maiores que a RAM disponível.

24. Ao utilizar um computador com Microsoft Windows o usuário precisa criar pastas e arquivos. Para criação destes itens nomes deverão ser atribuídos. No Windows, quais caracteres abaixo NÃO são permitidos nos nomes de pastas e arquivos?

- (A) ^ ~ ç []
- (B) / \ : * ?
- (C) { } = + -
- (D) # \$ % &
- (E) ! @ ()

25. No Windows Sevem qual a tecla de atalho utilizada para abrir o Windows Explorer?

- (A) Ctrl + E
- (B) Alt + E
- (C) Windows + E (Tecla com o desenho do Windows)
- (D) Alt + X
- (E) Ctrl + A

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA: Professor Nerildo

26. “Documento elaborado por meio de um computador, sendo seu autor identificável por meio de um código, chave ou outros procedimentos técnicos e conservados, na maioria, em memórias eletrônicas de massa”, quanto ao gênero é um documento:

- (A) Textual
- (B) Mutável
- (C) Sonoro
- (D) Imagnético
- (E) Informático

27. Os arquivos de uma instituição está sendo mantido sob condições adversas e alguns fatores como: luz, temperatura, umidade relativa do ar, agentes externos ao documento que são os mais responsáveis pela:

- (A) racionalização
- (B) prevenção
- (C) conservação
- (D) restauração
- (E) deterioração

28. Constituídos de documentos em curso como plano de partida ou prosseguimentos de planos para fins de controle ou tomada de decisões das administrações são os arquivos:

- (A) concorrentes
- (B) intermediários
- (C) permanentes
- (D) correntes
- (E) sigilosos



29. A natureza dos documentos a serem arquivados e a estrutura da entidade é que determina o:

- (A) conjunto de classificações
- (B) método de arquivamento
- (C) sistema de notações
- (D) descarte de projeções
- (E) instrumento de pesquisa

30. O processo de análise da documentação de arquivos, visando estabelecer a sua destinação, de acordo com seus valores probatórios e informativos denomina-se:

- (A) Valor secundário ou histórico
- (B) Arranjo
- (C) Descrição
- (D) Arquivos permanentes
- (E) Avaliação

NOÇÕES DIR.CONSTITUCIONAL: Professor Laert

31. Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo, relativas aos direitos eleitorais e à nacionalidade.

- (A) Um determinado cidadão brasileiro pode ter o direito de votar e não ter o de ser votado.
- (B) O brasileiro nato sempre poderá exercer o direito de sufrágio.
- (C) Basta ter nacionalidade brasileira para ter o direito de ser votado.
- (D) Todo brasileiro nato é cidadão passível de exercício do poder de votar e de ser votado.
- (E) Os conscritos podem votar.

32. Assinale a opção correta.

- (A) A Constituição enumera exaustivamente os direitos e garantias dos indivíduos, sendo inconstitucional o tratado que institua outros, não previstos pelo constituinte.
- (B) A Constituição em vigor admite que um brasileiro disponha de dupla nacionalidade.
- (C) O estrangeiro naturalizado brasileiro pode exercer todos os direitos previstos constitucionalmente para os brasileiros natos.
- (D) A liberdade de manifestação de pensamento pode ser exercida de modo anônimo, se assim o preferir o indivíduo.
- (E) Pela ofensa à sua honra, a vítima pode receber indenização por dano moral, mas não por danos materiais.

33. A respeito da ação popular é correto dizer:

- (A) Toda ação popular contra Ministro de Estado ou Presidente da República deve ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) O estrangeiro pode ajuizar a ação popular, desde que para defender um direito seu, violado pelo ato atacado na demanda.

- (C) Pode-se propor ação popular visando a anular ato administrativo que ofenda, a um só tempo, a moralidade administrativa e o patrimônio público.
- (D) Os sindicatos e as associações de classe de âmbito nacional têm legitimidade para propor ação popular.
- (E) Somente o Ministério Público pode propor ação popular.

34. A Constituição Federal, em seu título II, capítulo I, prevê os Direitos e Garantias Fundamentais e os direitos e deveres individuais e coletivos e, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem, EXCETO:

- (A) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- (B) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
- (C) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- (D) Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, mas não tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- (E) Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

35. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) no sistema de direitos fundamentais adotado pelo Brasil, que protege a liberdade de culto, um brasileiro pode invocar motivação religiosa para deixar de cumprir obrigação a todos imposta ou a prestação alternativa fixada pelo Estado;
- (B) a interceptação telefônica somente poderá ser autorizada, por autoridade judiciária, para Instrução processual de qualquer natureza ou para fins de investigação;
- (C) de acordo com a Constituição, as comissões parlamentares de inquérito têm os mesmos poderes de investigação da autoridade judicial. Nesse sentido, a C.P.I pode determinar a interceptação telefônica para fins de investigação;
- (D) a atividade de uma associação poderá ser suspensa compulsoriamente por decisão judicial que ainda não transitou em julgado;
- (E) nas situações expressamente previstas na Constituição, para preservar a segurança do Estado ou o pleno exercício do Poder de Polícia, poderá ser imposta censura aos meios de comunicação.

36. Sobre as normas relativas aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) o direito a obtenção de certidão e de atestado junto às repartições públicas encontra-se expressamente previsto na Constituição, junto com o direito de petição;
- (B) não há lei regulamentando o processo de mandado de injunção, o que impede a sua utilização;
- (C) poderá ser usado o mandado de segurança ou o *habeas data* quando uma autoridade não permitir o acesso de



interessado ao conteúdo das informações a seu respeito existentes em banco de dados público;

- (D) a Constituição isentou o impetrante do mandado de segurança e da ação popular do pagamento de custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé;
- (E) a lei pode criar outras hipóteses de *habeas data* além das que estão previstas na Constituição.

NOÇÕES DIR.ADMINISTRATIVO: Professor Laert

37. Quanto aos elementos ou requisitos de validade dos atos administrativos não podemos afirmar:

- (A) ato administrativo regrado é aquele que possui todos os seus elementos vinculados.
- (B) caso o agente competente para praticar o ato, extrapole a competência que lhe foi atribuída por lei, estaremos diante de uma das modalidades do abuso de poder, denominada desvio de poder.
- (C) todo ato possui motivo, mas nem todo ato possui motivação.
- (D) o núcleo motivo + objeto, nos atos discricionários, recebe o nome de Mérito do Ato Administrativo, sendo certo que caso haja algum vício em um desses elementos, o ato não será passível de sanatória.
- (E) a finalidade de todo ato administrativo é atingir o interesse público e o vício quanto a esse elemento implica desrespeito ao princípio da impessoalidade.

38. Acerca do Poder de Polícia, analise os itens abaixo e marque a alternativa correta:

- I. A definição legal de Poder de Polícia encontra-se no Código Tributário Nacional, visto que o exercício do Poder de Polícia implica cobrança de impostos.**
- II. O fundamento de tal Poder é o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, visto que a sua finalidade é a tutela do interesse público.**
- III. Tal Poder pode ser exercido por todas as esferas da Federação, sendo, em princípio, da competência da pessoa política que possui atribuição para regular a matéria.**
- (A) somente I é correto
- (B) somente II é correto
- (C) somente III é correto
- (D) há dois itens corretos
- (E) todos os itens estão corretos

39. Aponte, dentre as alternativas abaixo, aquela que contraria o texto da Lei de Licitações.

- (A) A licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- (B) A licitação será processada e julgada de acordo com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade.
- (C) A licitação será processada e julgada de acordo com os princípios da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento subjetivo.

- (D) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.
- (E) A licitação é obrigatória para a administração pública direta.

40. Escolha, dentre as alternativas abaixo, aquela que indica corretamente todas as modalidades de licitação previstas na Lei de Licitações.

- (A) Concorrência, tomada de preços e convite.
- (B) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e sorteio.
- (C) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso.
- (D) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (E) Concorrência, tomada de preços e leilão.

41. O elemento ou requisito do ato administrativo que exige do agente público atribuição decorrente da lei para a prática daquele tipo de ato É:

- (A) capacidade;
- (B) legalidade;
- (C) impessoalidade;
- (D) finalidade;
- (E) competência.

42. Quando a lei deixa certa margem para atividade pessoal do administrador na escolha da oportunidade ou da conveniência do ato, a exemplo da determinação de mão única ou mão dupla de trânsito numa via pública, está presente o ato administrativo.

- (A) de gestão.
- (B) arbitrário.
- (C) vinculado.
- (D) discricionário.
- (E) atípico.

NOÇÕES DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS: Professor Christian

43. Um indivíduo, que venha a ser aprovado em concurso para tornar-se servidor público, deve passar pelas seguintes fases, nesta ordem:

- (A) nomeação, posse, início de exercício.
- (B) posse, nomeação, início de exercício.
- (C) posse, início de exercício e nomeação.
- (D) início de exercício, nomeação e posse.
- (E) nomeação, início de exercício e posse.

44. NÃO é forma de provimento do cargo público

- (A) a recondução.
- (B) a promoção.
- (C) a exoneração.
- (D) a nomeação.
- (E) o aproveitamento.



45. A vacância do cargo público decorrerá, dentre outras hipóteses, de

- (A) reversão.
- (B) posse em outro cargo inacumulável.
- (C) nomeação.
- (D) aproveitamento.
- (E) recondução.

46. Em virtude de um mesmo ato comissivo praticado no desempenho de suas funções, constatou-se a responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor público, que poderá:

- (A) ser processado apenas na esfera penal, uma vez que esta, pela sua natureza, absorve as demais.
- (B) responder cumulativamente pelas sanções oriundas das três esferas, já que independentes entre si.
- (C) sofrer somente a penalidade administrativa, visto ser infração tipicamente administrativa.
- (D) ser passível apenas das penalidades decorrentes das esferas administrativa e penal, por ser falta disciplinar.
- (E) responder cumulativamente somente pelas sanções administrativa e civil, restando a penal absorvida pela primeira.

47. Mário, técnico judiciário, no exercício de suas funções, utilizou-se de pessoal e recursos materiais da repartição em atividades particulares; Pedro, técnico judiciário, no exercício de suas funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo. Nesses casos, Mário e Pedro, estão sujeitos, respectivamente, à penalidade de:

- (A) suspensão e demissão.
- (B) advertência e exoneração.
- (C) demissão e disponibilidade.
- (D) advertência e demissão.
- (E) demissão e advertência.

48. Um servidor público foi submetido a um processo administrativo disciplinar e recebeu a pena de advertência. Passados dois anos, o servidor pediu a revisão do processo, alegando fatos novos. O processo foi revisto e a penalidade modificada para suspensão. A situação assim descrita está

- (A) em desacordo com a Lei porque não é possível que se aleguem fatos novos no pedido de revisão.
- (B) em desacordo com a Lei porque não existe a possibilidade de pedido administrativo de revisão do processo.
- (C) de acordo com a Lei.
- (D) em desacordo com a Lei porque a penalidade foi modificada de advertência para suspensão.
- (E) em desacordo com a Lei no que diz respeito ao prazo do pedido de revisão.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL:
Professor Rafael

49. Sobre o Juiz Eleitoral, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Juiz eleitoral, entendido como aquele que está no primeiro grau de Jurisdição, pode ser escolhido pelo TRE dentre os profissionais da classe dos Advogados
- (B) Representam o primeiro grau de Jurisdição da Justiça Eleitoral e possuem competência privativas, previstas no Código Eleitoral. Os Juízes eleitorais são escolhidos pelo TRE dentre os Juízes da Justiça Federal.
- (C) Representam o primeiro grau de Jurisdição da Justiça Eleitoral e possuem competência privativas, previstas no Código Eleitoral. Os Juízes eleitorais são escolhidos pelo TRE, com alternância, a cada biênio, dentre os Juízes da Justiça Estadual e da Justiça Federal.
- (D) Representam o primeiro grau de Jurisdição da Justiça Eleitoral e possuem competência privativas, previstas no Código Eleitoral. Os Juízes eleitorais são escolhidos pelo TRE dentre os Juízes da Justiça Estadual.
- (E) O Juiz eleitoral, no gozo de suas funções, preserva todas as garantias constitucionais atribuídas aos Magistrados, quais seja, inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios.

50. Sobre a Junta Eleitoral, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A junta eleitoral, assim como os demais órgãos da Justiça Eleitoral, tem existência permanente.
- (B) A junta é composta por 03 ou 05 cidadãos, além do Juiz Eleitoral (que necessariamente é seu presidente).
- (C) Os membros da mesa receptoras serão nomeados, pelo TER, 20 dias antes das eleições.
- (D) As seções de votação são designadas, pelo Juiz Eleitoral, 30 dias antes das eleições.
- (E) Sem prejuízo de outras atribuições, compete à Junta Eleitoral apurar, no prazo de 10 (dez) dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição.

51. Sobre a competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) No Código eleitoral existe a previsão de que os crimes eleitorais, praticados pelos juízes dos tribunais regionais eleitorais seriam julgados no TSE. No entanto, a competência criminal desse tribunal foi esvaziada pela Constituição Federal. Desde então, os Juízes dos TRE's são julgados pelos crimes comuns ou de responsabilidade no STJ, enquanto os Ministros do TSE são julgados no STF.
- (B) É competência do TSE realizar o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência, Vice Presidência da República e ao Senado Federal.
- (C) É competência do TSE julgar os conflitos de Jurisdição entre TRE's e entre Juízes eleitorais do mesmo Estado.
- (D) É competência do TSE processar e julgar os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos TRE's, no mínimo, dentro de cento e vinte dias da conclusão ao relator, formulados por partido, candidato, MP ou parte legitimamente interessada.
- (E) É competência do TSE processar e julgar os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos TRE's, no mínimo, dentro de noventa dias da conclusão ao relator, formulados por partido, candidato, MP ou parte legitimamente interessada.



52. Acerca da competência do TRE, nos termos do Código Eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Compete ao TRE processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a Governador, Vice-Governadores, e membro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas.
- (B) Compete ao TRE processar e julgar originariamente a suspeição ou impedimentos aos seus membros ao Procurador Regional e aos funcionários da sua Secretaria assim como aos Juízes e escrivães eleitorais.
- (C) Compete ao TRE processar e julgar originariamente os crimes comuns e eleitorais cometidos pelos Juízes eleitorais.
- (D) Compete ao TRE processar e julgar originariamente os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos Juízes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido candidato Ministério Público ou parte legitimamente interessada sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo.
- (E) Compete ao TRE processar e julgar originariamente as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto a sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.

53. Sobre a composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos: I - mediante eleição, pelo voto secreto: a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal; b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça; II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão: I - mediante eleição, pelo voto secreto: a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela OAB.
- (C) Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão: I - mediante eleição, pelo voto secreto: a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- (D) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente- dentre os desembargadores.

54. Assinale a alternativa que está em desacordo com as disposições do Código Eleitoral acerca dos órgãos da Justiça Eleitoral:

- (A) Os Juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
- (B) Embora essa disposição não tenha sido recepcionada expressamente pela Constituição Federal, diploma hierarquicamente superior, o Código Eleitoral prevê que o número de Juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.
- (C) Os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais não serão escolhidos em número igual para cada classe. Ademais, o procedimento de escolha dos substitutos é menos formal do que o procedimento de escolha dos titulares, dispensando, inclusive, a formação de lista.
- (D) Os Tribunais e Juízes inferiores devem dar imediato cumprimento às decisões, mandados, instruções e outros atos emanados do Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) O Tribunal Superior Eleitoral tem sede na Capital da República e jurisdição em todo o País

55. Sobre a Junta Eleitoral, assinale a alternativa que não está de acordo com o Código Eleitoral:

- (A) Compor-se-ão as juntas eleitorais de um juiz de direito, que será o presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade.
- (B) Os membros das juntas eleitorais serão nomeados 60 (sessenta) dias antes da eleição, depois de aprovação do Tribunal Regional, pelo presidente deste, a quem cumpre também designar-lhes a sede..
- (C) Não podem ser nomeados membros das Juntas, escrutinadores ou auxiliares: I - os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge; II - os membros de diretorias de partidos políticos devidamente registrados e cujos nomes tenham sido oficialmente publicados; III - as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo; IV - os que pertencerem ao serviço eleitoral.
- (D) É competência da Junta Eleitoral dirigir os processos eleitorais e determinar a inscrição e a exclusão de eleitores.
- (E) Nas zonas em que houver de ser organizada mais de uma Junta, ou quando estiver vago o cargo de juiz eleitoral ou estiver este impedido, o presidente do Tribunal Regional, com a aprovação deste, designará juizes de direito da mesma ou de outras comarcas, para presidirem as juntas eleitorais.

**REGIME INTERNO TRE-PARANÁ:
Professor Rafael**

56. Acerca do que dispõe o regimento interno do TRE-PR, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A posse dos juizes efetivos dar-se-á perante o Tribunal, e a dos substitutos perante o Presidente, lavrando-se termo. Em ambos os casos, o prazo para a posse é 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial da escolha ou nomeação. Quando a recondução se operar antes do



término do primeiro biênio, não haverá necessidade de nova posse, sendo esta exigida apenas se houver interrupção do exercício. Na primeira hipótese, será suficiente a anotação no termo de investidura inicial.

- (B) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas.
- (C) Durante as licenças ou férias individuais dos juízes efetivos, poderá o Presidente convocar os substitutos de outras classes para preencher temporariamente a vaga aberta no Tribunal, desde que obedecida a ordem de antiguidade.
- (D) A licença para tratamento de saúde independe de exame ou inspeção de saúde, nos casos em que os juízes do Tribunal já estejam licenciados de função pública que porventura exerçam.
- (E) Os juízes do Tribunal, da categoria de magistrados, inclusive os que exerçam a Presidência e a Vice-Presidência, afastados de suas funções na Justiça Comum, por motivo de licença ou de férias consignadas em lei, ficarão automaticamente sem exercício na Justiça Eleitoral.

57. Acerca das atribuições do Corregedor Regional, nos exatos termos do Regimento Interno do TRE-PR, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O Corregedor exercerá as suas funções cumulativamente com as de Vice-Presidente e de Juiz do Tribunal.
- (B) No desempenho de suas atribuições o Corregedor se locomoverá para as Zonas Eleitorais sempre que entender necessário, ou assim deliberar o Tribunal Superior ou Regional.
- (C) Compete ao Corregedor Regional conhecer das reclamações apresentadas contra os juízes eleitorais e submetê-las ao Tribunal, quando considerar aplicável penalidade disciplinar, bem como promover de ofício a apuração de irregularidades que envolvam magistrados de primeiro grau.
- (D) A regularidade dos serviços eleitorais será aferida mediante a realização de inspeções, correções ordinárias e extraordinárias, bem como mediante relatórios estatísticos encaminhados pelas zonas eleitorais.
- (E) Os provimentos emanados da Corregedoria Regional não vinculam os juízes eleitorais, já que estes possuem independência funcional, de forma que eles não devem dar imediato e preciso cumprimento aos referidos provimentos.

58. Sobre a figura do Relator, assinale a alternativa que NÃO está de acordo com as disposições do Regimento Interno do TRE-PR:

- (A) O Juiz a quem tiver sido distribuído o feito é o relator do processo.
- (B) Incumbe ao relator fazer a revisão do relatório e do voto proferidos por outro Juiz do Tribunal.
- (C) Das decisões interlocutórias proferidas pelo relator caberá agravo regimental.
- (D) Incumbe ao relator presidir audiências necessárias à instrução do processo.
- (E) O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário a súmula do Tribunal Superior Eleitoral.

59. O tribunal regional eleitoral do Paraná profere seus julgamentos, como regra, em reuniões periódicas ou ocasionais denominadas Sessões. Sobre esse tema, de acordo com o regimento interno do TRE-PR, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O Tribunal reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semana, em dias e horários definidos pela Presidência, na primeira quinzena do mês anterior, e, extraordinariamente, tantas vezes quantas necessárias, mediante convocação do Presidente ou do próprio Tribunal.
- (B) Durante as sessões, o Presidente ocupará o centro da mesa, sentando-se à sua direita o Procurador Regional Eleitoral, e, à sua esquerda, o Diretor-Geral da Secretaria. Seguir-se-ão, do lado direito, o Vice-Presidente e, do esquerdo, o juiz mais antigo, sentando-se os demais juízes na ordem de antiguidade alternadamente à direita e à esquerda do Presidente.
- (C) As sessões serão realizadas com a presença mínima de cinco dos sete membros do tribunal, incluindo nesse número o Presidente da sessão.
- (D) Na falta ou impedimento do Presidente, as sessões serão presididas pelo Vice e, na falta ou impedimento deste e nos feitos em que atuar como relator, pelo juiz mais antigo que estiver presente.
- (E) Durante a sessão, os juízes e o Procurador Regional poderão submeter ao conhecimento do Tribunal qualquer outra matéria. Só aquela pertinente à própria ordem dos trabalhos ou de excepcional relevância poderá ser suscitada antes de vencida a pauta publicada.

60. O capítulo VIII, do regimento interno do TRE-PR trata do tema “recursos eleitorais”. A respeito desse assunto, assinale a alternativa INCORRETA, levando em consideração as disposições do mencionado regimento:

- (A) Dos atos, resoluções ou decisões dos juízes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal, conforme dispuserem o Código Eleitoral, outras leis especiais e as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) Contra a votação ou a apuração não serão admitidos recursos, se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas perante as mesas receptoras, no ato da votação, ou perante as juntas eleitorais, no ato da apuração.
- (C) São preclusivos os prazos para interposição de recursos, salvo quando nestes se discutir matéria constitucional. O recurso em que se discutir matéria constitucional não poderá ser interposto fora do prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser interposto.
- (D) Mesmo os atos sem conteúdo decisório, como os despachos, são passíveis de recurso, o que decorre do princípio da ampla defesa.
- (E) Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.

**PEGUE AGORA O
GABARITO COMENTADO**



GABARITO



SIMULADO TRE-PR 2012

RESPOSTAS COMENTADAS




LÍNGUA PORTUGUESA

01	B	a) reduzem; c) é suficiente; d) está; e) estão se manifestando.
02	E	a) <i>carregar</i> é verbo; b) <i>à medida que exige crase</i> por ser locução conjuntiva feminina; <i>questões</i> é palavra feminina plural desacompanhada de artigo; <i>graças à posição</i> é locução conjuntiva feminina;
03	D	por que (meio de indagação indireta) / conosco; b) eu (sujeito) / porque (justificativa); c) por que (meio de indagação indireta) / com nós; e) porquê (precedido de artigo) / eu (sujeito);
04	C	a) a última vírgula separa o sujeito de seu verbo; b) a última vírgula separa o sujeito de seu verbo; d) as vírgulas quebram a ordem sintática; e) as vírgulas quebram a ordem sintática;
05	E	o certo seria <i>é inaceitável</i> pois as vírgulas aí quebrariam a ordem sintática, separando o verbo de seus complementos;
06	C	a) que; b) que; d) que; e) que;
07	E	Aprova (VTD) → a) é (VL); b) fugir (VTI); c) responder (VTI); estão (VI);
08	D	(Pret. Imperf. Indicativo) → a) tem (Pres. Indicativo); b) apareceu (Pret. Perf. Indicativo); c) indicam (Pres. Indicativo); e) mostram (Pres. Indicativo);
09	A	Descarta-se a b , pois o adjetivo <i>inócuas</i> remete à ideia de vazias; a c pois o adjetivo <i>inadequado</i> vem em desacordo com o que está expresso no 1º § do texto; a d pois a expressão <i>pouco marcado</i> se opõe ao que foi expresso no 1º §; a e pois a expressão <i>não marcado</i> se opõe ao que foi expresso no 1º §.
10	D	Descarta-se a a pois a afirmação contida nela vai de encontro ao que foi proposto no texto; a b pois é incoerente pois o <i>carbono</i> é agente poluidor; a c e a e pela mesma justificativa da anterior.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11	C	O atalho de teclado F7 (tecla de função) inicia a verificação ortográfica e gramatical do documento em foco. A verificação ortográfica e gramatical também pode ser iniciada clicando no menu Ferramentas e depois em Ortografia e gramática , e ainda clicando o botão 
12	C	O recurso Colar especial tem várias utilidades, pode-se, por exemplo, colar um texto não formatado (descartando a formatação vinda da origem), pode-se também colar conteúdos criando um vínculo da origem para o destino, assim, sempre que a origem for alterada o destino poderá ser atualizado com a informação da origem.
13	A	Para aplicar estilos de títulos aos títulos de um documento editado no Word 2003 deve-se clicar em Formatar e depois em Estilos e formatação , o painel de tarefas será exibido do lado direito da tela permitindo a escolha do estilo apropriado para os títulos do documento.
14	D	O Botão  que aparece nesta questão deve ser utilizado para aumentar o número de casas decimais em células com conteúdos numéricos



<p>15 E</p>	<p>O conteúdo da célula A6 aparece na barra de fórmulas “=\$A1+B\$2”. Este conteúdo possui duas referências mistas, \$A1 onde a coluna está bloqueada e B\$2 onde a linha está bloqueada. Como o conteúdo foi copiado de A6 para B7 houve um deslocamento de linha e um deslocamento de coluna. Neste caso \$A1 se transformará em \$A2 e B\$2 se transformará em C\$2, portanto na célula B7 teremos “=\$A2+C\$2” resultará em 38.</p>
<p>16 B</p>	 <p>=MÉDIA(A1:D1)+A2/B1-D1</p> <p>A média de A1 até D4 é 2,5 portanto teríamos 2,5+A2/B1-D1 Considerando as prioridades da matemática devemos dividir A2 por B1 que resultará em 2,5 e então teríamos 2,5+2,5-D1 que resulta em 1.</p>
<p>17 A</p>	<p>=SOMA(H12:J16;B5;D1:F1;C19:C23) O primeiro intervalo, H12:J16 é Retangular O segundo Intervalo, B5 é Único ou Individual O terceiro Intervalo, D1:F1 é Horizontal O quarto Intervalo, C19:C23 é Vertical</p>
<p>18 E</p>	<p>O DHCP - Dynamic Host Configuration Protocol (Protocolo de configuração de host dinâmico), é um protocolo de serviço TCP/IP que oferece configuração dinâmica de terminais, com concessão de endereços IP's.</p>
<p>19 C</p>	 <p>Os ícones representam o navegador Internet Explorer, O cliente de correio Outlook Express, o navegador Mozilla Firefox e o cliente de correio Mozilla ThunderBird</p>
<p>20 C</p>	<p>O Protocolo IPv4 é utilizado majoritariamente na Internet atual, porém apresenta problemas de segurança, espaço de endereçamento limitado e muitos outros problemas. Para resolver estes problemas o IETF elegeu uma nova versão para substituir o IPv4. A nova versão será o IPv6 que possui um comprimento de 128 bits contra os 32 bits da versão antiga (IPv4).</p>
<p>21 C</p>	<p>Documentos do Word 2003 usam a extensão DOC Dicionários do Word 2003 usam extensão DIC Modelos do Word 2003 usam a extensão DOT Apresentações automáticas do Power Point 2003 usam a extensão PPS Documentos de texto do Adobe usam a extensão PDF</p>
<p>22 E</p>	<p>No BrOffice Writer para inserir o cabeçalho pode-se clicar em Inserir e depois em Cabeçalho. Para inserção do rodapé pode-se clicar em Inserir e depois em Rodapé (observe que no Writer há uma opção para o cabeçalho e outra para o rodapé). No Word esta ação é executada no menu Exibir e depois na opção Cabeçalho e rodapé. (observe que no Word em uma única opção ativa-se o cabeçalho e o rodapé).</p>
<p>23 D</p>	<p>A memória ROM só pode ser lida (ROM - Read-Only Memory ou Memória Somente de Leitura), por este motivo a alternativa D é a correta. Sobre a alternativa A, a menor unidade que pode ser utilizada para representar informações é o bit e não o byte. Um bit pode ter os valores zero ou um. Sobre a alternativa B, a memória RAM é volátil e perde as informações caso se desligue o computador. Sobre a alternativa C, a memória RAM é rápida e permite tanto leitura como escrita. Sobre a alternativa E, ali é descrita a utilidade da memória virtual e não da memória cachê.</p>
<p>24 B</p>	<p>Considerando-se o Microsoft Windows alguns caracteres não podem ser utilizados nos nomes de arquivos e pastas. Se o usuário tentar salvar um nome que utiliza um destes caracteres o Windows emitirá uma mensagem de alerta e impedirá que o arquivo seja gravado assim. Os caracteres proibidos em nomes de arquivos são \ / : * ? " < > </p>
<p>25 C</p>	<p>O atalho de teclado utilizado para abrir o Windows Explorer é Tecla Windows simultaneamente com a tecla E. A tecla Windows contem o desenho do logotipo da Microsoft</p> 



NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

26	E	Quanto ao gênero, o documento elaborado por meio de computador é considerado documento informático ou digital .
27	E	Os agentes citados são os causadores da deterioração dos documentos de um arquivo, e precisam ser restaurados e conservados, de acordo com seus estados de deterioração.
28	D	Arquivos em curso e que são constantemente consultados, são chamados de arquivos correntes .
29	B	Os métodos de arquivamento devem obedecer a natureza dos documentos a serem arquivados e a estrutura da entidade detentora dos documentos.
30	E	O processo de análise, ou seja, a atividade de análise denomina-se Avaliação , que se refere a ação de avaliar e analisar um documento para estabelecer sua destinação.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31	A	(A) Verdadeiro. Como os requisitos para a elegibilidade (art. 14, §3º.) são em maior número que os requisitos para a alistabilidade (art. 14, §§ 1º e 2º, CF), é possível que determinado cidadão brasileiro possa Ter o direito de votar, e não o de ser votado (por exemplo, os analfabetos). (B) Falso. O brasileiro nato nem sempre poderá exercer o direito ao sufrágio, como, por exemplo, quando ele se encontra na condição de conscrito ou tem seus direitos políticos suspensos em virtude de decisão penal condenatória transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos. (C) Falso. Os requisitos para o direito de ser votado (elegibilidade – art. 14, §3º, da CF), não se limitam à condição de brasileiro. (D) Falso. Diversos brasileiros natos podem não Ter direito de ser votados, como os analfabetos e os que tiveram seus direitos políticos suspensos; ou mesmo votar, como os conscritos ou os menores de dezesseis anos. (E) Falso. Os conscritos estão impedidos de votar, nos termos do art. 14, §2º, da Constituição.
32	B	O artigo 14, §4º, II da CF/88 que perde a nacionalidade brasileira quem adquirir outra nacionalidade, salvo no casos: (A) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; (B) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)
33	C	CF Art. 5º LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
34	D	A Declaração Universal dos Direitos humanos, em seu artigo 13 prescreve que: (A) Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.; (B) Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.
35	D	O artigo 5º, XVII da Constituição Federal prescreve a plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Contudo, é possível a imediata suspensão das atividades desenvolvidas por uma associação por decisão judicial.
36	E	A constituição prescreve que haverá concessão de hábeas-data em dois casos, quais sejam: (A) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; (B) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Contudo, este rol não é taxativo mas, sim, exemplificativo, podendo lei infraconstitucional criar outras hipóteses da hábeas data.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

37	B	Na verdade, tal alternativa traz a definição de uma das modalidades do abuso de poder denominada excesso de poder , visto que o administrador extrapolou a competência que lhe foi dada por lei. O desvio de poder , a outra espécie de abuso de poder, está caracterizado quando o administrador público atinge outra finalidade que não o interesse público. Sendo assim, relativamente ao ato administrativo editado com excesso de poder ou com desvio de poder, podemos afirmar que no primeiro caso, o ato possui um vício de competência , enquanto que no segundo, o ato possui um vício de finalidade . Por isso, o desvio de poder também é chamado de desvio de finalidade.
----	----------	--



38 D	<p>I – Incorreto. A definição do poder de polícia encontra-se no art. 78 do nosso Código Tributário Nacional, por ser um dos fatos geradores do tributo denominado taxa.</p> <p>Assim, diz o CTN:</p> <p><i>Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.</i></p> <p>De forma mais sucinta, Hely Lopes Merelles conceitua: “é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.”</p> <p>II – Correto. Através da definição exposta pelo Código Tributário Nacional, percebemos que o fundamento do poder de polícia é a defesa do interesse público.</p> <p>III – Correto. Em regra, a competência para fiscalizar o exercício das atividades, deve ser da mesma pessoa responsável pela atribuição de regular tal matéria.</p>
39 C	<p>O artigo 3º da Lei de Licitação(l. 8666/93) estabelece que a licitação deverá ser processada e julgada em estrita conformidade com o PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO.</p>
40 D	<p>Lembre-se que a Lei de Licitações é a 8.666/93. A modalidade pregão está prevista na lei 10.520/02.</p>
41 E	<p>A competência decorre de lei e tem por finalidade verificar que agente público pode realizar determinado ato administrativo.</p>
42 D	<p>Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador, os atos administrativos podem ser divididos em discricionários ou vinculados, a diferença entre eles são as seguintes:</p> <p>(A) Vinculados ou Regrados – 1) São aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização, limitando a liberdade do administrador que fica adstrita aos pressupostos do ato legal para validade da atividade administrativa. 2) Desviando-se dos requisitos das normas legais ou regulamentares, fica comprometida a ação administrativa, viciando-se a eficácia do ato praticado que, assim, toma-se <u>passível de anulação</u>. 3) Exemplos: A fiscalização, v.g., ou a lavratura de auto de infração, pelo agente competente, é ato vinculado. Ex.: cobrar impostos, conceder isenção ou anistia, entre outros.</p> <p>(B) Discricionários - 1) São aqueles atos que a Administração pode praticar escolhendo livremente o seu conteúdo, o seu destinatário, a sua conveniência, a sua oportunidade e o modo da sua realização. 2) A rigor, a discricionariedade não se manifesta no ato em si, mas no poder que Administração tem de praticá-lo quando e nas condições que repute <u>mais convenientes ao interesse público</u>. 3) <u>Não se confunde com ato arbitrário</u>. Discrção é liberdade de ação dentro dos limites legais; arbítrio, é ação que excede à lei e por isto, contrária a ela. O ato discricionário, quando permitido pelo direito, é legal e válido; o ato arbitrário, porém, é sempre ilegítimo e inválido. 4) Exemplo: Manifesta-se em função do poder da Administração em praticá-lo nas condições que julgar conveniente: abrir um concurso público escolhendo o número de vagas, pavimentar uma estrada, etc. A escolha de diretor das unidades universitárias; autorização do poder executivo para o particular fabricar, exportar armas e munições(que a princípio é contravenção penal)</p>
<h2 style="margin: 0;">NOÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS</h2>	
43 A	<p>A nomeação, forma de provimento de cargos públicos, para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público, nos termos do art. 10 da Lei 8.112/90. Na sequência, deve o nomeado tomar posse, mediante assinatura do respectivo termo, no prazo de 30 dias do ato de provimento. Após, o servidor deverá entrar em exercício, desempenhando efetivamente as atribuições do cargo público ou da função de confiança, nos prazo de 15 dias.</p>
44 C	<p>As forma de provimento de cargos públicos estão dispostas no art. 8º do Estatuto (Lei 8.112/90), e correspondem aos meios pelos quais o cargo público é ocupado por um servidor público. Há atualmente 9 incisos nesse artigo, porém, devido a revogação, 7 são as formas de provimento, e, a exoneração não é uma delas. Ao contrário, é hipótese de vacância de cargo público pelo art. 33, I da Lei.</p>
45 B	<p>As hipóteses de vacância de cargo público ocorrem devido à ausência de servidor ocupante do cargo público, em síntese, o cargo restará vago. Há atualmente 9 incisos no art. 33 do Estatuto, porém, devido a revogação, 7 são as hipóteses de vacância de cargos públicos. Dentre as expostas acima, somente a posse em outro cargo inacumulável torna o cargo público vago, nos termos do art. 33, VIII.</p>
46 B	<p>Em relação às responsabilidades do servidor público, o art. 121 do Estatuto dispõe que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Tais responsabilidades podem ser analisadas isoladamente, vez que a regra é a independência entre elas, conforme o art. 125. Não obstante, há casos de acumulação, quando em decorrência de um ato o servidor responderá civil, penal e administrativamente, bem como casos em que a responsabilidade administrativa do servidor será afastada, como em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, conforme art. 126.</p>



47 E	Mário, ao utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares, incorreu em proibição prevista no art. 117, XVI do Estatuto, ao passo que Pedro, ao opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, incorreu em proibição prevista no art. 117, IV do Estatuto. Assim, conforme o art. 132, XIII, Mário está sujeito à penalidade de demissão, e Pedro, conforme o art. 129, está sujeito à penalidade de advertência.
48 D	O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, nos termos do art. 174 do Estatuto. Trata-se de requerimento feito pelo servidor punido, cabendo a ele o ônus probatório, que seguirá trâmite processual semelhante ao processo administrativo disciplinar, com a instauração de uma respectiva comissão revisora. No entanto, da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade, ou seja, servidor punido com advertência não pode ter sua situação agravada para suspensão após processo de revisão.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

49 D	<u>Alternativas A, B e C:</u> estas alternativas estão incorretas porque o juiz eleitoral é <i>necessariamente</i> escolhido entre os Juizes de Direito (que é o magistrado oriundo da Justiça Estadual), não havendo que se falar, conseqüentemente, em Advogados ou Juizes Federais. <u>Alternativa D:</u> reproduzi fielmente o contido no Código Eleitoral, sendo, portanto, a alternativa correta. <u>Alternativa E:</u> Segundo a doutrina majoritária, o Juiz Eleitoral não preserva todas as garantias da magistratura, já que possui apenas a garantia da inamovibilidade.
50 E	<u>Alternativa A:</u> via de regra os órgãos da justiça eleitoral são permanentes, isto é, possuem existência contínua; no entanto, esta regra é excepcionada pela Junta Eleitoral – que possui existência provisória – considerando que tal órgão é criado próximo à data das eleições. <u>Alternativa B:</u> A junta é composta por 02 ou 04 cidadãos, além do Juiz Eleitoral (tendo, portanto, de três a cinco membros). <u>Alternativa C:</u> Os membros da mesa receptora são nomeados pelo Juiz Eleitoral, com 60 dias de antecedência à data das eleições, em audiência pública anunciada com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência. <u>Alternativa D:</u> As seções de votação são designadas, pelo Juiz Eleitoral, 60 dias antes das eleições, conforme se verifica do Código Eleitoral.
51 A	<u>Alternativa B:</u> a alternativa está incorreta porque o TSE, em termos de candidatura, só pode fazer o registro ou a cassação do registro para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República. Tal atividade, para as eleições gerais (Governador, Vice Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual), fica a cargo do TRE. <u>Alternativa C:</u> É competência do TSE julgar os conflitos de Jurisdição entre TRE's e entre Juizes eleitorais de estados diferentes (se o conflito de jurisdição for entre juizes do mesmo estado, a competência será do TRE). <u>Alternativas D e E:</u> É competência do TSE processar e julgar os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos TRE's, no mínimo, dentro de TRINTA dias da conclusão ao relator.
52 C	O erro da alternativa "C", mantendo o mesmo padrão de exigência da Fundação Carlos Chagas, reside em um pequeno detalhe: o juiz eleitoral realmente é julgado no TRE pela prática de crimes <i>eleitorais</i> . Sendo assim, o único equívoco da alternativa é incluir, na afirmação, que o TRE também seria o responsável pelo julgamento dos crimes <i>comuns</i> praticados pelos Juizes Eleitorais. A competência para julgar os crimes <i>comuns</i> , em tais casos, é do Tribunal de Justiça do respectivo Estado. As demais alternativas reproduzem fielmente o teor do Código Eleitoral.
53 B	Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão: I - mediante eleição, pelo voto secreto: a) de dois juizes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; b) de dois juizes, dentre juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA (e não pela OAB, como constou da questão).
54 C	Segundo o artigo 15, do Código Eleitoral, os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria. Conseqüentemente a alternativa C possui dois erros. Em relação às demais alternativas, vale dizer que elas reproduzem, fielmente, o teor do Código Eleitoral.
55 D	A competência para dirigir os processos eleitorais e determinar a inscrição e a exclusão de eleitores é do Juiz Eleitoral (e não da junta eleitoral). As competências da junta eleitoral estão exaustivamente previstas no artigo 40, do Código Eleitoral, sendo elas: I - apurar, no prazo de 10 (dez) dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição. II - resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração; III - expedir os boletins de apuração mencionados no Art. 178; IV - expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

REGIME INTERNO DO TRE-PARANÁ



56 C	Durante as licenças ou férias individuais dos juízes efetivos, poderá o Presidente convocar os substitutos DA MESMA CLASSE para preencher temporariamente a vaga aberta no Tribunal, desde que obedecida a ordem de antiguidade. Em assim sendo, diferentemente do que constou da alternativa, não poderá o presidente do TRE-PR, por exemplo, convocar um Advogado para assumir a vaga deixada, no tribunal, por um desembargador, sob pena de se descumprir a divisão de vagas do tribunal realizada não só pelo Código Eleitoral e pelo Regimento Interno, como também pela Constituição Federal.
57 E	Os provimentos emanados da Corregedoria Regional VINCULAM os juízes eleitorais, já que estes possuem independência funcional, de forma que eles não devem dar imediato e preciso cumprimento aos referidos provimentos. É preciso observar que a independência funcional dos Juízes significa liberdade para tomar decisões, e isso não os eximem de seguir as ordens emanadas da corregedoria, especialmente porque tais ordens, geralmente, são relacionadas às condutas profissionais. Entendimento em sentido contrário, não apenas descumprir a literalidade do regimento interno, como esvazia a eficácia da corregedoria. Para que serviria o corregedor se seus provimentos pudessem ser descumpridos livremente?
58 B	A alternativa "B" não está de acordo com o regimento interno, na medida em que compete ao revisor , como o próprio nome indica, fazer a revisão do relatório elaborado pelo relator, valendo ser observado que essa situação somente ocorrerá em situações específicas, predeterminadas pelo regimento. De mais a mais, para que seja resguardada a independência de cada um dos Juízes do Tribunal o relator jamais poderá "rever" o voto dos outros magistrados.
59 C	As sessões serão realizadas com a presença mínima de QUATRO dos sete membros do tribunal, incluindo nesse número o Presidente da sessão. Atenção: o número mínimo para a sessão é de QUATRO membros, INCLUINDO o Presidente. As demais alternativas reproduzem fielmente o texto do regimento interno TRE-PR.
60 D	O direito de uma parte recorrer das decisões passa pelo raciocínio de que tal pessoa sofreu algum prejuízo oriundo da decisão tomada pelo Juiz. Consequentemente, como os despachos sequer possuem conteúdo decisório – sendo atos de mero expediente – esse tipo de provimento do Juiz não é passível de recurso. Eis a disposição do Código Eleitoral: Art. 81. <i>Dos atos, resoluções ou decisões dos juízes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal, conforme dispuserem o Código Eleitoral, outras leis especiais e as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. § 1º Dos atos sem conteúdo decisório não caberá recurso.</i>

 ***Você discorda da resposta?***

*Então envie seu recurso até terça-feira para
secretaria@cursosolon.com.br.*

Isso também faz parte do treinamento para seus estudos.